

NARRATIVAS DE SI ENTRE A ATRADIÇÃO E A (RE)CRIAÇÃO DA MEMÓRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA FAMÍLIA QUINTINO EM MS

Marta Francisco de Oliveira¹

Dayane Teodoro²

TABA 13 – MOCORORÓ - OUTROS PENSAMENTOS E POSSIBILIDADES

Resumo: Este trabalho tem como objetivo refletir teoricamente acerca das possibilidades de escuta e compilação das narrativas orais oriundas da comunidade quilombola Família Quintino, situada na região norte do estado de Mato Grosso do Sul, no município de Pedro Gomes. Com base no pensamento descolonial e no arcabouço teórico da história oral, buscamos perceber como a comunidade se inscreve como um grupo que, à base de seus relatos e narrativas orais, constrói uma história local que precisa ser conhecida e preservada. Do ponto de vista da linguagem, vislumbramos os modos como os saberes e as sensibilidades próprios constituem narrativas dotadas de valor estético, ético, literário, político, que devem ser ouvidos e valorizados. O exercício de escuta, por outro lado, permitirá a construção de um diálogo intelectual e cultural, preservando narrativas de vida, de experiência e de leituras diversas como memórias rememoradas, muitas vezes recriadas e ressignificadas como herança dos grupos e do próprio local a ser repassada para as futuras gerações da comunidade e de toda a região. A reflexão que propomos sobre as formas de (re)criação e manifestação de narrativas de si, sob o ponto de vista da comunidade quilombola da família Quintino, está fundamentada na noção de que o pensamento e a crítica que propomos devem ser iniciados com a nossa atenção voltada para as perguntas básicas acerca do lugar de onde pensamos e os objetivos que conduzem nossa reflexão, sem perder de vista quem somos e para quem pensamos. Colocamos em perspectiva uma escrita reflexiva que, partindo da academia, considera nossa condição fronteira e a produção de um pensamento e de um saber da exterioridade, pautado na razão subalterna e em narrativas periféricas, para localizar a comunidade quilombola Família Quintino e identificar as possibilidades de escuta de suas narrativas orais. Nosso campo conceitual se ancora no pensar descolonial (LOSACCO, 2020; MIGNOLO, 2021) e em torno da ideia de uma epistemologia do sul (SANTOS, 2010) e pode se inscrever como proposta viável e necessária na construção da postura intelectual local subalterna contemporânea sobre a linguagem e suas produções, considerando grupos invisibilizados e marginalizados quanto à produção intelectual.

Palavras-chave: Narrativas. Pensar descolonial. Povos tradicionais.

INTRODUÇÃO

Para pensar distinto primero hay que pensar, lo que consiste en prestar atención a aquello que pensamos cuando estamos pensando, preguntándonos desde dónde lo hacemos, para qué y para quién. Y es que pensar distinto no es pensar diferente, no resulta del situarse desde la diferencia, sino en enunciar desde la distinción. Porque la

¹ Professora Doutora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: marta.oliveira@ufms.br

² Graduanda curso de Letras –UFMS. E-mail: 21dayaneteodoro@gmail.com

diferencia, cuando se piensa a sí misma, lo hace desde lo mismo. No ocurre así con la distinción, que cuando se piensa, lo hace desde lo absolutamente otro, desde lo distinto y no simplemente desde lo diferente.

José Romero Losacco

A reflexão que propomos sobre as formas de (re)criação e manifestação de narrativas de si, sob o ponto de vista da comunidade quilombola da família Quintino, no município de Pedro Gomes, MS, deve ocorrer à luz do pensamento e da crítica que, segundo Losacco (2020), é iniciada com a atenção concentrada naquilo que pensamos enquanto nos perguntamos ‘de onde’ pensamos, ‘para que’ e ‘para quem’ pensamos. O crítico demonstra que a base do ‘pensar distinto’ reside na enunciação ‘desde’, ou a partir, da distinção. Assim, não se trata de mero jogo de palavras, mas de uma compreensão conceitual mais profunda e simbólica, que coloca em perspectiva as vozes outras que querem e precisam ser ouvidas, como narrativas de si e para si, (re)criando as memórias locais e, de modo efetivo, são inseridos em nossa compreensão e uso da própria linguagem.

De fato, depreendemos da leitura dos trabalhos compilados por José Romero Losacco que nossa percepção atual da linguagem e suas construções deve vir acompanhada da valorização das formas de uso e das narrativas não padronizadas segundo modelos hierarquizantes. Na obra de 2020, a apresentação menciona a importância de usos ‘especiais’ e ‘reiterativos’ de marcas e formas de linguagem que se devem “al complejo ejercicio de pensamiento y escritura que asumen “lxs filósofxs” de nuestra época, y al llamado a pensar diferente desde el mismo acto metalingüístico de ver cómo escribimos” (LOSACCO, 2020, p. 8).

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com essas referências, colocamos em perspectiva uma escrita reflexiva que, partindo da academia, considera nossa condição fronteiriça e a produção de um pensamento e de um saber da exterioridade, pautado na razão subalterna e em narrativas periféricas, para localizar a comunidade quilombola Família Quintino e identificar as possibilidades de escuta de suas narrativas orais. Nosso campo conceitual se ancora no pensar descolonial (LOSACCO, 2020; MIGNOLO, 20214) e em torno da ideia de uma epistemologia do sul (SANTOS, 2010) e pode se inscrever como proposta viável e necessária na construção da postura intelectual local subalterna contemporânea sobre a

linguagem e suas produções, considerando grupos invisibilizados e marginalizados quanto à produção intelectual.

É nesse sentido que nos propomos estabelecer um diálogo dentro e fora de nossa universidade, extrapolando limites impostos por teorias e conceitos alicerçados em saberes legados, rompendo com as hierarquias naturalizadas na relação de colonização europeia. Assim, é válido compreender, pela reversão, a ideia de que “o acto da descoberta é necessariamente recíproco: quem descobre é também descoberto e vice-versa” (SANTOS, 2010, p. 181). Portanto, a partir da perspectiva dos relatos de memória de uma comunidade deslocada dos centros buscamos compreender a relevância de repensar a própria ideia de descoberta, quer no sentido de sua construção histórica, quer na concepção de nosso posicionamento enquanto pesquisadoras pertencentes a um espaço legitimado de produção de saber. A seguir, também a consequente ideia de hierarquia entre dominadores e dominados, ou sabedores e produtores versus receptores desse saber deixa de ser uma chave para nossas reflexões.

Repensar e *des*-aprender os discursos legitimadores dos paradigmas teórico-críticos pautados nas concepções de modernidade, nos quais muitos dos estudos latino-americanos se ancoraram ferrenhamente ao longo do século XX, e que conduzem estudos segundo modelos europeizantes, erige um ato desobediente, inaugural, ainda que timidamente, de uma quebra-de-bases, tomando de empréstimo a expressão de Mignolo (2014), para alcançar o *re*-aprender necessário quanto aos saberes e sensibilidades locais que primam pela preservação de vidas e modos outros de experiência e vivência.

Desenvolvendo nosso próprio pensar em um diálogo paralelo, próximo, talvez coincidamos em Quijano: “é necessário nos desprendermos das vinculações racionalidade-modernidade com a colonialidade, em primeiro lugar, e de modo definitivo com todo poder não constituído na decisão livre de pessoas livres” (QUIJANO, apud MIGNOLO, 2014, p. 288; tradução nossa). Com Walter Mignolo, compreendemos que Aníbal Quijano propõe a “desobediência epistêmica”, sem tratar de “deslegitimar” críticas e teorias, mesmo aquelas fundamentais para estudos pós-coloniais, de filiação europeia, mas buscando “afirmar a co-existência” de formas de pensamento, propondo a alternativa descolonial (MIGNOLO, 2014, p. 288). Para nós, essa é a escolha para ouvir e valorizar as formas de linguagem e de experiência

percebidas em uma comunidade tantas vezes deixada de lado ou abordada sob o viés do exótico. Reforçamos nossa compreensão com a proposta de Quijano, pela qual se deve proceder “a destruição da colonialidade do poder mundial” (QUIJANO, apud MIGNOLO, 2014, p. 288; tradução nossa), o que desemboca na “opção descolonial como desobediência epistêmica”, pelo viés da “identidade em política” (MIGNOLO, 2014, p. 289).

Pautar nosso estudo na possibilidade de dar voz à comunidade quilombola de Pedro Gomes se converte, por um lado, em uma busca teórica, um esforço de compreensão e de conhecimento; por outro, parece se converter na própria corporeidade linguística de um saber, com suas sensibilidades e seus sentidos que perpassam uma experiência única, pessoal e grupal, para se expandir para possibilidades de narrativas das experiências outras dos sujeitos latino-americanos. Uma vez mais, buscamos formas de ouvir antes de dizer, de alçar uma voz apenas nossa. Cabe a quem busca (a nós) a reflexão (a pesquisa) e a capacidade de audição, de dar a voz e repercuti-la, não falar ‘em lugar de’. É, de fato, um ‘falar com’, ‘a partir’ destas vozes. E o que ouvimos? Onde buscamos as fontes para a reflexão? Quais narrativas precisamos re-ver, re-existir?

PERCURSO METODOLÓGICO

A comunidade Família Quintino consta entre as 22 Comunidades Remanescentes de Quilombos do estado. Situada na região norte de Mato Grosso do Sul, área do Alto Taquari, no município de Pedro Gomes (cidade a 307 quilômetros da capital, Campo Grande), foi formada na área rural e não dispõe de acesso através de transporte público, o que a mantém a um só tempo próxima e distante do convívio com os residentes na cidade. Segundo o site da AGRAER a comunidade é formada por 17 famílias que residem em uma área rural a 5 km da área urbana de Pedro Gomes. As informações contidas no site incluem aspectos importantes acerca do que define os chamados Povos e Comunidades Tradicionais, no artigo 3º, inciso I, do Decreto 6.040/2007. Estes são

os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam território e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

Assim, legalmente a família Quintino enquadra-se nesta descrição, embora ainda seja necessário um esforço maior de visibilização local do espaço e das experiências e vivências de reprodução cultural, religiosa e ancestral deste grupo. Nosso intuito, portanto, visa fornecer suporte para viabilizar a compreensão das relações e das linguagens ali produzidas como saberes e sensibilidades válidos e amplamente difundidos, como base inclusive para estudos que nos permitam exercitar o pensar descolonial e a valorização de vidas e formas de vivências outras, à parte dos legados coloniais.

Os primeiros habitantes da comunidade chegaram ao município de Pedro Gomes em 1957, segundo os registros oficiais, e sua denominação vem do nome do senhor Quintino, o edificador da comunidade, vindo de Mineiros, cidade do estado de Goiás:

A comunidade Quintino Elias tem essa denominação devido ao homem que foi o precursor na formação da comunidade; através de seu pioneirismo ,desbravou essas terras juntamente com sua família pelo Norte do estado à procura de melhores condições de vida, vindo do Estado de Goiás, após o árduo trabalho de exploração de minério, no município de Mineiros, GO. (COSTA, 2019, p.3)

Em uma entrevista realizada em 26 de outubro de 2019, Dona Maria Florentina Elias da Silva, atualmente uma das moradoras mais antigas da comunidade e descendente direta do senhor Quintino, diz que chegou à comunidade aos quatorze anos de idade. Afirmar que quando chegaram às terras ainda eram matas virgens e a cidade de Pedro Gomes ainda era apenas um povoado. “Quando nós chegamos aqui, nós sempre fazíamos barraquinhos! Fez um barraco de lona, nós fiquemos até fazer o barraquinho! Aqui era tudo mata virgem (sic)”.

Os moradores relatam que a maioria das famílias, desde o surgimento da comunidade, ‘tira o sustento’ trabalhando em serviços braçais, pois são as oportunidades de emprego que surgem, visto que a maior parte dos moradores não tem o ensino básico, regular, completo. As crianças, no entanto, estão matriculadas nas escolas municipais e estaduais do município, como um reconhecimento dos pais acerca da necessidade imposta da educação regular para as novas gerações. No dia a dia das famílias, é comum os moradores saírem para trabalharem nas fazendas da região; também trabalham com o plantio de roça para usufruto próprio de arroz, mandioca, milho, abacaxi, hortaliças entre outros, ou criação de animais como porco, galinha caipira, criação de vaca leiteira, na própria comunidade.

As mulheres, como opção, trabalham como empregadas domésticas na cidade, e investem seu tempo na fabricação manual de farinha de mandioca e polvilho, prática que costumam realizar para tentar vender na cidade para acrescentar a renda mensal. Mas na maioria das vezes não há vantagem para elas, pois relatam que nem sempre os possíveis compradores querem pagar o preço que os produtos feitos artesanalmente realmente valem. Dona Filomena Elias da Silva lembrou em um de seus relatos orais as dificuldades de vender os produtos na cidade: “por falta de serviço, eu fazia farinha, fazia polvilho, depois nós saía de bicicleta daqui, olha! Para vender por litro, vender na cidade, você vê que é longe, para pagar a água...(sic)”.

O relato indica os problemas que assolam a comunidade, dificultando a vida das famílias: falta de emprego e contas que chegam, inclusive de água e energia, fornecidas pelas concessionárias locais. Por outro lado, algumas políticas públicas e ações sociais atendem a comunidade:

De acordo com as narrativas, outro meio de subsistência são os programas sociais como bolsa família, do Governo Federal, e o vale renda que é um programa Estadual. Muitas famílias são assistidas e beneficiadas por esses programas. São as mulheres que recebem esses benefícios que complementam a renda familiar (COSTA, 2019, p.7.)

As casas dos moradores também foram construídas por meio de programas sociais:

As casas, em sua maioria, são feitas de alvenaria, e foram disponibilizadas através de programas sociais como o ‘Minha casa, minha vida’, enquanto outras estão em processo de término de construção para serem entregues para seus respectivos moradores da comunidade. (COSTA, 2019, p.7.)

Isto demonstra como os programas sociais de certo modo chegam à comunidade, mas de modo gradual e não sistematizado: as casas são disponibilizadas em parcelas, e apenas com a construção mais básica. Além disso, não há serviço de asfalto ou esgoto na comunidade, caracterizando-a como um bairro periférico. Os mais jovens buscam oportunidades de emprego na cidade ou em outros municípios da região, como o município de Sonora, com a indústria de cana-de-açúcar. Alguns seguem o caminho dos pais e saem para trabalhar nas fazendas locais, e o regime de trabalho em geral exige que permaneçam afastados durante a semana, retornando somente nos finais de semana e feriados. A exigência de um emprego remunerado é constante, pois trabalhar com a própria terra é difícil para a comunidade, visto que não há estrutura financeira para investimentos e tampouco a possibilidade de ser competitivos com os produtos que poderiam dispor para a venda após suprir as necessidades das famílias locais.

Não há uma escola local, tampouco uma preocupação do poder público de fornecer um espaço para a preservação e difusão, entre os membros mais jovens, de aspectos e modos de vivência e experiência cultural, linguística ou ancestral local. As crianças e jovens da comunidade vão para as escolas em Pedro Gomes no ônibus escolar fornecido pela prefeitura, cujo trajeto de ida e volta é disponibilizado gratuitamente com base em programas municipais, estaduais ou federais para as áreas rurais e de difícil acesso, a fim de garantir a permanência das crianças e jovens no ensino regular. Este aspecto é relevante por se tratar de um avanço, posto que as gerações anteriores não contavam com esse benefício, enfrentando inúmeros obstáculos para a conclusão dos estudos.

De fato, além da distância a ser percorrida e a ausência de transporte, outras demandas se impunham, como a necessidade de trabalhar com os pais na roça, a escassez de escolas e professores na área rural, falta de dinheiro para a compra de materiais e pagamento do ensino. Dona Filomena, por exemplo, estabelece essa comparação ao comentar que estudou apenas até a terceira série: "Nós não tivemos a oportunidade de... de que hoje tem. Sabe por quê? Antigamente nós saía do colégio cedo para ajudar os pais, né? (sic)". Sem dúvida, observar tais questões é importante para a compreensão das perdas que, ao longo do tempo, a comunidade sofreu, e infelizmente ainda sofre, em termos de sua constituição enquanto grupo com direitos e modos de vida que deveriam ser preservados e valorizados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado de nossas considerações, tratamos de entender as narrativas e (re)criação da memória como uma busca pela preservação dos relatos de si na comunidade. Através da breve apresentação que fizemos até aqui da comunidade Família Quintino, percebemos que valorizar as histórias locais e a memória desse grupo requer dar sentido às práticas linguísticas que ali se manifestam. É, portanto, essencial compreender como se dá a relação dos indivíduos e de todo o grupo com as diferentes linguagens, oral, escrita, visual, imagética, simbólica. A princípio, no entanto, precisamos destacar que nossos esforços se encontram apenas começando, como um trabalho lento de aproximação e escuta que busca ouvir as narrativas orais dos membros da comunidade para preservação e divulgação. Até o momento, poucas escutas foram conduzidas e o cronograma interrompido, mas pautamos nossas considerações e reflexões até o momento com base em aspectos da história oral e do pensamento descolonial, como suporte teórico e metodológico.

No que diz respeito aos estudos sobre a linguagem é importante considerar inclusive percepção simplista de que todos nós falamos, mas nem sempre todos nós escrevemos. Mesmo assim o valor e relevância que a escrita tem sobre a oralidade é visível, em uma sociedade considerada letrada (AGUIAR, 2011). Entretanto, estudiosos acerca do assunto demonstram como o ato de valorizar a escrita e vulgarizar a oralidade é um erro, pois as duas maneiras de comunicação e organização do discurso são de grande importância, por se complementarem, e ambas tem o seu local de uso:

Parece se temer que uma vez abertos os portões da oralidade, a escrita (e racionalidade junto com ela) será varrida como que por uma massa espontânea incontrolável de fluidos, material amorfo. Mas esta atitude cega-nos para o fato de que nosso temor respeitoso de escrever tenha distorcido nossa percepção de linguagem e comunicação ate o ponto em que não mais se entendem que a oralidade quer a própria natureza da escrita. Na realidade as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra). (PORTELLI, 1997, p 26.)

A oralidade tem o complemento de um grande conjunto de elementos simbólicos que não é possível serem passados para a escrita através da transcrição. Sem dúvida, esse é um aspecto relevante ao se pensar nas formas de repasse de conhecimentos e de preservação da memória de comunidades como a da família Quintino. Relembramos que até mesmo a condição de escolaridade dos adultos e dos mais velhos neste grupo é um indicativo de como a escola formal e a relação com a escrita se distanciam das vivências e das experiências coletivas de toda a comunidade.

Quando nos dispomos a compreender a história e os saberes locais através desse recurso, a saber, dar voz a essas pessoas, precisamos procurar entender como a oralidade se torna central na comunicação que abrange sensibilidades e saberes, e os modos como a representação gráfica e simbólica ajuda a conhecer sua forma de organização, valorizando esse modo outro de registrar vidas e seu estar no mundo. Assim, segundo Portelli, a transcrição transforma objetos auditivos em visuais, o que inevitavelmente implica mudanças e interpretações. (1997. P. 27.) Por exemplo, o tom de voz, a intensidade das palavras, variações linguísticas, velocidade, elevação e entonação da voz, gesticulação, elementos da prosódia que não conseguimos colocar na escrita. A fala é uma maneira de representar a língua e a escrita é outra. O pesquisador afirma:

A fileira de tom e volume e o ritmo do discurso popular carregam implícitos significados e conotações sociais irreproduzíveis na escrita – a não ser, e então de modo inadequado e não facilmente acessível, como notação musical. A mesma afirmativa pode ter consideráveis significações contraditórias, de acordo com a entonação do relator, que pode ser representado objetivamente na transcrição, mas somente descrito aproximadamente nas próprias palavras do transcritor. (PORTELLI, 1997,P.28.)

Portanto, nosso exercício de escuta e de diálogo com os membros dessa comunidade, e sua posterior transcrição para registro neste trabalho precisam ser conduzidos com cuidado e atenção aos rigores necessários para sua correta apresentação como parte de um trabalho acadêmico pautado em conceitos e postura teórica. Na oralidade as variações estão inseridas no discurso, faz parte do conjunto de elementos que ela possui. A fala do narrador vem carregada de emoções, expressões não têm a objetividade de um documento escrito. Na leitura o leitor é quem coloca emoções nas palavras.

De Zulma Palermo e Cristina Siñanis (2015), recorremos à dimensão da compreensão da linguagem e das relações possíveis a partir do processo de escuta segundo o que as autoras postulam. Assim, precisamos considerar quais povos precisam ser ouvidos, e quais relações de poder precisam ser revistas e re-aprendidas. A proposta das autoras consiste em escutar, escutar as vozes de grupos e seus saberes (neste caso específico, de mulheres artesãs, que se reúnem para tecer juntas, tecendo com ‘as mãos e as bocas’) enquanto narram “mundos que constituem uma amálgama de práticas, crenças, costumes, vivências, temporalidades procedentes de distintas memórias cuja heterogeneidade se entrama nessa rede simbólica que as mulheres”, juntas, tecem. Para nós, a escuta deve se dar na tessitura dos meandros de uma memória do grupo e dos indivíduos da Família Quintino, muitas vezes recriada, revivida, mas compondo narrativas orais que preservam em si aspectos de um povo tradicional, de uma memória ancestral.

As autoras citadas fazem esse exercício de escuta na contracorrente de uma forma de interculturalidade que é o resultado de permanentes migrações para as periferias urbanas, migrações dos grupos oriundos de outros espaços, rurais, por exemplo, mas também podemos pensar nas etnias. Tal interculturalidade, por si só, não resulta em uma “coalición” (coalizão), mas em uma “colisión” (colisão, o choque) entre culturas. Pensando nas relações entre os povos tradicionais e as áreas urbanas de seu entorno, a colisão costuma ser constante, de um modo ou outro. Em geral, busca-se uma espécie de

processo de assimilação, buscando dirimir as diferenças e promovendo as semelhanças por meio de formas de vivência e educação pautadas em um único modelo. As falas de Dona Filomena mostram isso, a inclusão do grupo no mercado de trabalho e na vida urbana segundo postos e locais de habitação que, acredita-se e se faz acreditar, estão de acordo com suas capacidades, necessidades e possibilidades, principalmente com a grande carga de desvalorização que traz consigo.

Dialogamos com o trabalho de Palermo e Siñanis (2015), pois é na relação propiciada por nosso exercício de escuta, concedendo voz a esses grupos tantas vezes deslocados e invisibilizados que os reflexos dos choques, das colisões, se sentem e se ressentem. E então brotam os adjetivos que hierarquizam, que inferiorizam grupos e modos de uso da linguagem, da cultura, de percepção de si, dos outros e do mundo: Uma cultura branco-urbana, identificada com a chamada cultura ocidental, conclamada como forma universal de vida, mantém-se separada de qualquer outra, dita “popular”, menor, e a olha desde fora e desde cima.

A dinâmica conflitivamente interativa se produz entre tais e se reproduz via linguagem e via organização das cidades e das relações, reforçando preconceitos e desvalorizações. Uma comunidade tradicional, quilombola, a cinco quilômetros da área urbana mais próxima, cuja autossuficiência não é garantida e onde não há programas de validação, preservação e repasse de suas formas locais de organização, nem escolas locais, promove uma inserção parcial através da desvalorização e destruição de elementos culturais e linguísticos que deveriam ser observados e prezados.

É neste sentido que outras vozes nos chegam, no exercício de ouvir e ver a nós e aos outros e outras que compõem esse espaço local, também enquanto território simbólico de sensibilidades e saberes. Da escrita literária às narrativas orais, pessoais ou dos grupos, reconhecemos a importância de localizar, física, geográfica, linguística e simbolicamente as narrativas de si, entendidas como oriundas do grupo tradicional formado pela comunidade quilombola, bem como das individualidades que compõem esse grupo. O pensar descolonial reforça nossas bases teóricas e nos ajuda a buscar as alternativas para promover a valorização dos saberes e sensibilidades vinculados às construções narrativas e (re)criações da memória local, da comunidade, entendendo esse esforço de escuta como um processo que permite o desenvolvimento de um processo

que é também literário, artístico, criador, ao trabalhar com uma memória repassada e alterada por suas formas de atualização e diálogo com as novas gerações.

Ana Pizarro (2020), professora e pesquisadora chilena, nos ensina a pensar nas relações que se estabelecem e colocam em evidência as formas de percepção de grupos e povos que em geral são relegados a um espaço literal e simbólico de margem. Falando de seu próprio local e dos povos tradicionais de seu país, orienta-nos a estabelecer nossa própria reflexão através da tessitura de um texto belíssimo que trata de uma série de formas nas relações culturais que, em relação aos mapuches, grupo indígena chileno (também presentes em território argentino), de modo muito claro os rebaixam e desvalorizam. Segundo Pizarro,

há um trato discriminatório da população nacional que os diminui e lhes atribui o status de barbárie diante de uma população chilena ilusoriamente branca que não se reconhece como mestiça e privilegia a imagem da imigração europeia. As reivindicações de grupos como os mapuches vai além do tema histórico de recuperação de suas terras, e isso está em sua literatura oral e escrita, esta bem mais recente. Trata-se do reconhecimento deste grupo frente a um estado que os vê como etnia e limita seu status jurídico. Mas é, também um exercício de voz, de escuta. (PIZARRO, 2020)

Buscamos compreender como há muitas formas de narrativas de vida e de experiência às quais se nega a possibilidade de existência e permanência, calando as vozes de grupos e indivíduos. Processos discriminatórios, inclusive presentes na linguagem, contribuem para tal abordagem quando pensamos em comunidades como a Família Quintino. De fato, vale a pena retomar as considerações, do ponto de vista da linguagem, de uma professora e pesquisadora brasileira, Irandé Antunes, que se alinha às nossas reflexões. Diz a autora que

os fatos linguísticos sempre estiveram misturados à história dos povos, a seus esforços de expansão e dominação territorial política, a suas lutas pela hegemonia cultural, a seus intentos proselitistas, a suas necessidades retóricas; enfim, as línguas foram recebendo tratamentos diversos, conforme as também diversas condições sociais e políticas dos grupos, que as tinham como marca de identidade. (ANTUNES, 2007, p.35.)

Com base nessas considerações, o exercício de escuta que nos propomos é uma forma de preservar e resgatar, além da memória – ou das memórias – as formas de uso da linguagem que se mesclam à história desse grupo. Por um lado, podemos pensar nas necessidades retóricas da comunidade que se narra e se identifica com suas histórias

locais, suas formas de uso da linguagem, mas por outro é relevante perceber até que ponto tais aspectos podem ser resgatados e preservados, além de observar como a frequência às escolas fora do espaço da comunidade, cujo currículo formal ignora as manifestações e especificidades do grupo, por ser pensada para a região urbana, interfere nesses esforços.

Por fim, vale ressaltar que o exercício de escuta que propomos é orientado por uma postura crítica e intelectual que rejeita a negação de vidas, em um esforço de valorização de sujeitos e suas vivências. Assim, propomos a atenção a pensamentos outros que atravessam as memórias da infância, dos relatos ouvidos, as histórias locais dos fatos vivenciados, e interferem na construção de sensibilidades, exigindo até mesmo uma alteração que ocorre, diretamente, na linguagem, na forma de expressão e compreensão do local. O resultado deve ser, portanto, a valorização de todas essas formas de experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa perspectiva visa, segundo afirma Zulma Palermo, “assumir a existência de um conhecimento outro, em diálogo com o pensamento crítico latino-americano, produzido na interioridade de um setor comunitário” (2008, p. 236), no qual “a escuta apresenta a potencialidade de um pensar emergente do fazer cotidiano no espaço social ao qual os sujeitos pertencem” (PALERMO, 2008, p). Portanto, colocar em perspectivas as narrativas de si da comunidade quilombola família Quintino é uma forma de assumir essa existência enquanto saberes e sensibilidades válidos e possíveis, que devem ser preservados. Neste sentido, as conclusões de Ana Pizarro (2020) são muito relevantes ao considerar que precisamos estabelecer formas de aprender a valorizar as culturas que não são ocidentais, pois as culturas locais existem e proclamam uma diferença forma de lidar com o conhecimento. São outros modos de conhecer que se guiam pelas sensibilidades, pela emoção, pela imaginação e, certamente, possuem suas formas próprias de expressão e de uso da linguagem.

De fato, valorizar as culturas que encontramos na América Latina, no Brasil , no Mato Grosso do Sul, exige esse exercícios de aceitar e valorizar os conhecimentos que não tem a ver com a racionalidade, com o intelectualismo e academicismo que, certamente, também está cheio de lacunas e incertezas. Constroem-se a partir das sensibilidades, e que se expressam pelas vozes de sujeitos e seus territórios de pertencimento. Na

proposta de escuta e valorização de outros modos de aceder ao saber, ao lado de muitos grupos de cultura e linguagem não hegemônicas, também nós emitimos nosso balbúcio teórico (ACHUGAR, 2006). Ressaltamos a importância de desenvolver a escuta aqui proposta para (re)pensar nosso próprio espaço de reflexão e criação narrativa, ouvindo as vozes da comunidade cujas narrativas, discursos e ficções podem surgir, ressurgir, ser ressignificados e deslocar conceitos, propiciando novas formas de reflexão e compreensão que valorizam vidas e experiências. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca. Escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

AGRAER. Agraer apoia processo eleitoral para escolha de diretoria da comunidade quilombola Quintino. 27 junho 2017. Disponível em: <https://www.agraer.ms.gov.br/agraer-apoia-processo-eleitoral-para-escolha-da-diretoria-da-comunidade-quilombola-quintino/>. Acesso em 20 de março de 2021.

AGUIAR, Vera Teixeira de. A formação do leitor. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de formação: formação de professores didática geral**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 104-116, v. 11.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola, 2007.

BOTELHO, André. Sinal dos tempos: anacronismo e atualidade de Uma literatura nos trópicos. In: SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. Recife: Cepe, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de fevereiro de 2007.

COSTA, Elaine Bertolino da. **Comunidade Quilombola Quintino Elias em Pedro Gomes – MS: Identidade e a terra**. Localização: Monografia. Licenciatura em História. Coxim, 2019.

LOSACCO, José Romero (compilador). **Pensar distinto, pensar de(s)colonial**. Caracas: Editorial El perro y la rana, 2020.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais /Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad. de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

OLIVEIRA, Marta Francisco de. Fragmentos conceituais para uma proposta local de descolonização da leitura. In: **Revista Rascunhos Culturais**- Revista do Curso de Letras do CPCX, UFMS. Dossiê Leitores e leituras na contemporaneidade: entre o cânone e as novas tendências. Vol. 11, n. 21, 2020, p. 46-66.

PALERMO, Zulma. Revisando fragmentos del “archivo” conceptual latino-americano a fines del siglo XX. **Tabula rasa**. N. 9, julio-diciembre, Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, Bogotá, Colombia, 2008, p.217-246.

PALERMO, Zulma. SIÑANIS, Cristina. Heterogeneidad estructural y re-existencia en la escucha. **MILLCAYAC- Revista Digital de Ciencias Sociales**, V. II, n. 3, Centro de Publicaciones FCPyS, UNCuyo, Mendoza, 2015, p. 105-113.

PIZARRO, Ana. Verdad y poder: el poder de la verdad y la verdad del poder. In: **Estudos de Literatura UFF**. Mundos olvidados, voces olvidadas. Transmitido em 26 de agosto de 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K3BoopzpKEw>.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

SANTOS & MENESES (org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.